

POVO KAINGÁNG: ENTRE A CRUZ E A ESPADA

Breno A. Sponchiado¹

RESUMO: Neste ensaio pretendemos analisar, numa perspectiva histórica, os processos de contatos inter-étnicos e interferências a que o povo Kaingáng, localizado em sua maior parte no Norte do Rio Grande do Sul, foi submetido nos últimos dois séculos. Enfocaremos as duas instituições que estabeleceram constantes relações com os indígenas: a cristandade, sobretudo a Igreja Católica (*cruz*) e o Estado (*espada*). Enfocaremos as suas diferentes estratégias e interesses, sublinhando a compreensão do modo de ser Kaingáng como incompatível aos projetos implementados, advindo daí os mecanismos de desaculturação e integração. Por fim, apontamos a reviravolta na trajetória do Povo Kaingáng, que está a apresentar nítidos sinais de revitalização, que permitem vislumbrar um novo futuro, construído sobre relações baseadas no respeito mútuo e na solidariedade.

Palavras-chaves: Povo Kaingáng. Catequese indígena. Políticas indigenistas.

INTRODUÇÃO

Um fato que ainda não mereceu a devida análise sob o ponto de vista da antropologia e da História é a presença na região do Alto Uruguai, ou na parte Norte do Rio Grande do Sul, de uma constelação de comunidades tradicionais indígenas, na maioria autodenominada Kaingáng. Essa constatação ganha maior relevância ao saber-se que essas comunidades, apesar de todas as investidas de desestruturação levadas a efeito pela sociedade envolvente (ou não-índia) e das previsões catastróficas de historiadores e cientistas, apresentam pleno processo de revitalização e de autoafirmação como povos autônomos. Neste ensaio pretendemos analisar, numa perspectiva histórica, os processos de contatos inter-étnicos e interferências a que este povo Kaingáng foi submetido, nos últimos dois séculos principalmente. Duas foram as instituições que mantiveram constantes relações: a cristandade, sobretudo a Igreja Católica (*cruz*) e o Estado (*espada*), cada uma com estratégias e interesses próprios. A primeira priorizando uma ação dedicada a enquadrar os primeiros habitantes destas terras em suas fileiras de cristãos, o que significava destruir o modo de o Kaingáng

¹ Doutor em História pela PUCRS. Professor de DCH da URI-FW. Este texto é uma versão revista e atualizada da primeira parte do trabalho monográfico de conclusão do Curso de Teologia pelo Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo (ITEPA) - 1993.

pensar, sentir e crer. O segundo, com diferentes nuances no decorrer do tempo, pretendiam transformar os indígenas em indivíduos úteis a seus projetos chamados civilizatórios e de progresso, integrá-los nos moldes ocidental-europeus.

Quanto à metodologia deste estudo, associamo-nos a uma corrente da historiografia que vai ganhando cada vez mais espaço, sobretudo na América Latina, (CEHILA), articulada com os interesses populares dos oprimidos, excluídos; onde o protagonismo se desloca para os segmentos marginalizados da sociedade e "silenciados" na História oficial.² A bibliografia usada é citada no corpo do trabalho, usamos também muitos documentos inéditos que estavam esquecidos nos arquivos, principalmente a correspondência entre os missionários e suas instituições e com o governo.

1 O RECURSO DO ALDEAMENTO

No Rio Grande do Sul, no que se refere ao índio kaingáng, a preocupação em criar aldeamentos, reunindo-os em um local próprio, inicia quando se dão os primeiros contatos violentos deste povo com a população branca. Os índios que se encontravam ancantonados sobretudo na região Centro-Norte do Estado aos poucos foram tendo mais frequentes e maiores os choques com os colonizadores que penetravam em suas terras pela abertura de estradas e pela invasão de povoadores que se dedicavam à pecuária e à extração de erva-mate. Quando, em 1845, Pe. Antônio de Almeida Leite Penteado escreve ao Presidente da Província Conde de Caxias, sugerindo a catequização e aldeamento dos índios da região de Passo Fundo, o faz com o objetivo de fazer com que os silvícolas cessem com as hostilidades mútuas com os portugueses.

A criação do primeiro aldeamento deve-se à iniciativa do Presidente da Província Manoel Antônio Galvão. Este lançou mão da legislação imperial sobre o índio, que estabelecia um diretor Geral dos índios para cada província e um diretor especial para cada aldeia.³ Esta legislação visava a “civilização” dos índios, tornando-os úteis. E para os governantes ser útil significava não atrapalhar os projetos de ocupação territorial, necessária

² Sobre a questão epistemológica e metodológica desta corrente, podem ser consultadas as obras: CEHILA. **Para uma história da Igreja AL**. Petrópolis: Vozes, 1986. HOORNAERT, 1978. Ademais, é oportuno ver o artigo da professora Sandra J. Pasavento, intitulado “Historiografia & Ideologia”. In: RS, **Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980. p. 60-88. Vale a pena também acompanhar as reflexões de Paulo Suess, em “A história dos outros escrita por nós: Apontamentos para uma autocrítica da historiografia do cristianismo na América Latina”. In: Vinte anos de produção historiográfica da CEHILA. Balanço crítico. **Encarte do Boletim da CEHILA**. n.ºs 47 e 48, março de 1994, p. 2-14.

³ BEOZZO, 1983.

para garantir sua efetiva posse; não intervir e até ajudar na abertura de estradas; ficar confinado em um espaço limitado, de preferência todos os grupos juntos; produzir seu próprio sustento – melhor ainda, produzir um excedente para o comércio; adquirir a cultura branca e aos poucos ser assimilada pela sociedade envolvente; engrossar as fileiras nas forças armadas para manter a ordem interna e garantir as fronteiras da Nação; ajudar a capturar índios rebeldes (função do “bugreiro”⁴)... Tudo isto na linguagem dos governantes significava: é preciso que “entre na vereda da civilização pelo exercício do trabalho e pelo sentimento de fé e culto da nossa Santa Religião”, como se lê na Provisão que normatiza a fundação do Aldeamento de Santa Isabel em Vacaria, em 1853.

Nota-se nessa expressão a íntima relação entre o poder temporal (Estado) e o poder espiritual (igreja), característica da cristandade colonial (regime de Padroado) que vai marcar a ação indigenista até nossos dias. Com efeito, a mentalidade que predominava tanto nos funcionários públicos como nos missionários da igreja era o da **Cristandade**, onde os interesses políticos e religiosos se mesclavam numa unidade. Nesta compreensão, dilatar as fronteiras do império correspondia a expandir a cristandade, vista como uma missão sagrada de propagar a fé católica e a salvação das almas. Sob esse pretexto tudo era justificado e permitido...Tudo o que se achasse fora das fronteiras da cristandade era considerado terra pagã, que era preciso ser incorporada ao domínio lusitano. Seus habitantes eram bárbaros, infiéis, gentios que também careciam de serem transformados em civilizados, em cristãos. A forma como se faz esta incorporação foi profundamente marcada pela mentalidade da “**Guerra Santa**” e pelo espírito da “**cruzada**” que permeava a cultura dos dominadores portugueses e espanhóis.⁵

Para evidenciar como os conquistadores estavam profundamente impregnados pelo modelo da cristandade colonial, analisaremos um texto de Afonso Botelho de Sampaio, tido como “descobridor” dos Campos de Guarapuava - PR. Em dezembro de 1771, após alguns contatos com os índios “da nação Xoelan” (kaingáng) que ocupavam aquela região, quis celebrar o fato:

Levantamos uma grande cruz para a memória de que ali tínhamos chegado, e o primeiro lugar onde Deus principiou a abrir as portas de sua divina misericórdia a este gentilismo, que nunca presumia acha-lo tão humano e tratável como experimentei. O mesmo Senhor permitia-lhes a luz para acertarem com o caminho de sua divina lei, e os traga ao grêmio da igreja, e a mim força para continuar nessa grande obra (SAMPAIO, 1896, p. 275).

⁴ Sobre esta figura veja-se: **Brasil Indígena: 500 anos de resistência** de Benedito Preziosi, Eduardo Hoornaert. São Paulo: FTD, 2000.

⁵ Sobre este tema, vide: AZZI, p. 113-122. 1987. HOORNAERT, p. 31-48. 1978. **História da Igreja no Brasil**. Tomo II. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 19-192.

Até aqui o vetor espiritual. Agora vejamos a outra face da sua obra, a motivação expansionista, com motivações geo-política e econômica. Em janeiro do ano seguinte, o mesmo desbravador escreve:

Imediatamente me dispus a fazer a eleição de outra e melhor posição para construir uma fortaleza que com respeito militar possa conservar nesses sertões a obediência dos bárbaros que neles habitam, em defesa do país, em que se pode estabelecer opulentíssimas povoações com multiplicadas fazendas de campo a que está convidando o ameno destes deliciosos e férteis campos (SAMPAIO, 1896, p. 285).

Quanto aos missionários junto aos índios, estes eram movidos pelo ideal de propagar a fé e promover a salvação das almas. Sua tarefa era, portanto, essencialmente catequética: convencer os indígenas de seus erros e trazê-los das trevas para a luz da verdade (noutro termo, *conversão*). Portanto uma percepção totalmente negativa do neófito; o outro é desconsiderado em si mesmo, seu modo de ser Kaingáng é destituído de valores que permitam aproximação, encontro, inculturação.

Mas aqui também vai se repetir à inter-relação entre o temporal (político) e o espiritual (religioso). Vivendo na dependência do poder civil, a instituição eclesiástica era instrumentalizada com frequência em benefício dos interesses políticos e econômicos do grupo hegemônico. O apoio dado aos missionários era proporcional à colaboração efetiva no projeto político do aparelho estatal e seus apoiadores.

Houve casos em que os missionários tinham consciência que estavam a serviço de interesses econômico-políticos, que estavam sendo usados como peças cooptadas nas engrenagens ideológicas. Vejamos um depoimento que mostra esta clara consciência em uma carta do padre jesuíta Bernardo Parés, que dirigiu missões de 1848 a 1852 no Norte do RS. Escrevendo ao colega Pe. Lerdo, em 1848, confessa:

Ademais, devo dizer a V.R. que isto (a redução) não é e nem poderá ser coisa que pareça às antigas reduções (dos Sete Povos), pois nem as circunstâncias locais, nem as pessoas dos índios, nem idéias de hoje o permitem. Não é possível isolar umas reduções que se acham tão próximas dos povoados e estâncias... o governo já antes de pensar em nós havia nomeado um Diretor Geral e dois diretores particulares dos Aldeamentos. O ofício destes diretores é atender ao temporal, dirigir os trabalhos, etc.; e ainda que na realidade não fazem nada mais que receber seus salários e apresentar ao governo as contas do Grande Capitão de gastos com os índios, que não fazem. Nós não devíamos ser mais que para o espiritual, mas como o governo está penetrado da inutilidade destes gastos dos Diretores, pretende que nos encarreguemos também do temporal: porém por mais que me tem instado, me neguei administrar o que o governo tem assinado para gastos de alimentos, vestuário, ferramentas, etc.; pois com isto incorreríamos na odiosidade dos Diretores, cujo ofício se pretendia eliminar (PÉREZ, p. 475-476. Carta datada de 07/11/1848).

Neste texto está uma nota que vai estar presente em todas as atividades missionárias, ou seja, ao lado da evangelização, os missionários vão dar grande importância aos aspectos material e corporal de seus neófitos. Aliás, na compreensão deles, a evangelização já contém esta exigência de dar condições para uma vida digna. Ainda mais nas condições precárias em que se encontravam os índios: famintos, nus, doentes, perseguidos, confusos.

O Pe. Francisco das Chagas Lima, provavelmente o pioneiro da catequese junto aos índios kaingáng do Paraná, no início do século 19, já tinha consciência desta dupla visão da tarefa do missionário. Assim relata a sua experiência:

Procurou (o missionário) desterrar deles (os índios) todos os erros de sua crença e barbaridades, fazendo-lhe catecismo e exortando-os, depois que se batizassem, procurando suprir as necessidades temporais, designando-lhes os seus estabelecimentos, dispensando com eles do que lhe restava da sua parca sustentação, para assim os fazer mais atentos a ouvirem a doutrina cristã (SAMPAIO, p. 55).

Os missionários estavam convencidos, segundo a mentalidade da época que os indígenas se encontram num estágio humano inferior ao homem branco; este civilizado, aquele selvagem, bárbaro. Era preciso, neste raciocínio, tornar o índio igual ao branco. Isto está presente nos planos de catequese, como se observa no missionário da Companhia de Jesus, Pe. Santiago Villarrubia, que escreve do Toldo de Nonoai, em 1850:

Nossa missão por hora se reduz a lançar os cimentos de um povo que é necessário torna-los amantes da vida social; atraí-los ao trabalho e infundir-lhes, passo a passo, desejos e amor à religião cristã, antes que possa reduzir-se a observação dela; o que com o favor de Deus se conseguirá, mas há de ser fruto de longa paciência e de muita oração. Este fruto não espero usufruí-lo, o usufruirão outros, *contanto que não faltem os meios temporais, que são os auxílios de primeira necessidade para o fim pretendido* (PÉREZ, p. 525. Carta de 01.06.1850).

Já citamos o Pe. Parés que junto com os padres jesuítas espanhóis Villarrubia e Solanellas, iniciou em 1849 uma missão junto aos índios de Nonoai e Guarita, por instância do Presidente da Província Andréa. Tiveram de deixar essa atividade por manejos de deputados opositores que questionavam sua serventia e pela não renovação do contrato pela Assembléia Legislativa. Com o fim de pacificar os índios, nova tentativa do Governo deu-se em 1858 com o mesmo Pe. Villarrubia no Aldeamento Santa Isabel, Lagoa Vermelha. Em 1870 foi a vez do padre jesuíta alemão José Stuer, em Nonoai, onde permaneceu por apenas

dois anos, por pressão de “espíritos exaltados e sempre prevenidos contra jesuítas”.⁶ Os interesses dos fazendeiros não coincidia com os dos jesuítas.

2 PERÍODO REPUBLICANO

Com a República (1889) acontece uma mudança na política indigenista no Estado e País. A formulação desta nova política coube principalmente aos positivistas (doutrina filosófica criada por Augusto Comte), dentre os quais sobressai a figura de Cândido Rondon, e que resultou no “Serviço de Proteção ao Índio” (SPI).⁷ No Rio Grande do Sul coube ao Engenheiro Carlos Torres Gonçalves (Diretor da Diretoria de Terras e Colonização) elaborar as medidas que passaram a vigorar em 1909, e que se tornariam lei em 1922 (Regulamento das Terras públicas e de Povoamento). Um dos méritos desta política foi a preocupação na demarcação das áreas indígenas do Estado, em número de 11. Neste período dá-se uma inversão na atitude do Governo em relação aos índios. A preocupação não está mais em defender os brancos dos ataques dos índios (que levou a aldeá-los), mas em resguardar os índios da fúria avassaladora dos brancos. Os tidos até então por assassinos passam a vítimas.

Também neste período ocorrem conflitos de ordem ideológica entre os protagonistas desta política positivista e os membros da igreja católica. Os primeiros, fiéis à teoria evolucionista de Comte, preconizavam que os índios que, segundo o sociólogo, se encontrava no estágio teológico-fetichista deviam ficar preservados dos ocidentais – já no estágio teológico-monoteísta - e esperar que naturalmente chegassem ao estágio mais adiantado em que se encontravam os ocidentais, qual seja o estágio positivo.

Torres Gonçalves, seguidor ortodoxo do Positivismo comteano, após ver *in loco* a situação dos índios vai definir as estratégias governamentais, dando prioridade à questão da demarcação de suas terras. A proposta do engenheiro é esta:

⁶ SILVEIRA, José Velloso, p. 343,1979.

⁷ Sobre o Positivismo e sua influência nas ações junto aos índios existe farto material. Subsídios indispensáveis são os **Relatórios da Secretaria de Obras Públicas do Estado do RS** – anos 1910-1940. Diversas Publicações do Apostolado Positivista do Brasil. Temas correlatos podemos encontrar, entre outros em: BOEIRA, Nelson et al. **RS: Cultura & ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. - **O Rio Grande do Sul de Augusto Comte**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962 -. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1982. SOARES, Mozart. **Santo Antonio da Palmeira**. Porto Alegre: Bels, 1974. SPONCHIADO, Breno A. **O Positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul**. Frederico Westphalen: URI, 2005. PEZAT, Paulo R. **Augusto Comte e os Fetichistas**: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. Dissertação de Mestrado pela UFRGS, 1997. Mimeog.

Demarcadas as terras dos nossos silvícolas, com divisas bem claras, retirados delas os brasileiros que lá se acham, é natural que os indígenas sintam que o Governo começa a protegê-los. Respeitado o regime sob o qual vivem, inclusive deixando os ocidentais que com eles se intrometeram entregues a si próprios, salvo para reprimi-los nos abusos que cometerem contra os índios, não poderão estes de deixar de irem apanhando as amplas condições dessa proteção. Como resultado, é possível e mesmo provável que os nossos silvícolas se reanimem, e comecem, conforme as suas disposições manifestadas, a cuidar de melhorar a sua situação.⁸

Manifesta o desejo de ver os índios em melhores condições de vida, em todos os aspectos. Na parte material, que a seu ver estava mais deficitária, defende que o Governo auxilie os índios fornecendo-lhes algum vestuário, ferramentas para o trabalho agrícola, alguns animais, cavalares e bovinos, etc. É da sua opinião que os não-índios devem *cuidar de reequer o seu [indígenas] moral abatido, protegendo-os com uma proteção de que eles mesmos sejam os juizes*. Chama a atenção esse modo de focar a questão, defendendo a autodeterminação dos povos indígenas, que é a bandeira atual deles, um século depois.

Com efeito, o Governo gaúcho passou a demarcar com certa prodigalidade os territórios indígenas, a considerar o número de habitantes, como mostra o quadro seguinte:

TOLDO	COMISSÃO DE TERRAS DEMARCADORA	MUNICÍPIO Na época e Hoje	ANO	ÁREA DEMARCADA Hectares	ÁREA ATUAL Destinação
1. Ligeiro	Passo Fundo	Erechim/ Tapejara	1910	4.552 ha.	5.551 há
2. Fachinal	Passo Fundo	L. Vermelha/ Cacique Doble	1910	5.676 ha	4.598 ha – Reduzida em torno de 1940
3. Caseros	Passo Fundo	L. Vermelha	1911	1.004 ha	Extinta e Colonizada
4. Carreteiro	Passo Fundo	Passo Fundo/ Água Santa	1911	601 ha	601 ha
5. Nonoai	Passo Fundo	Palmeira/ Nonoai	1911	34.980 ha	14.910 ha 1941 reserva florestal 1962 – Seção Planalto-colonizada
6. Ventarra	Erechim	Erechim/ Erebango	1911	753 ha	Extinta em 1962 e colonizada pelo Estado
7. Serrinha	Passo Fundo	Palmeira/ Ronda Alta e outros	1918	34.907 ha	1949 parte para reserva florestal 1962 – Extinta e colonizada pelo Governo do Estado
8. Inhacorá	Palmeira	Palmeira/ S. Augusto	1917	5.859 ha	1962 – 1.060 ha colonizados; outra parte

⁸ RIO GRANDE DO SUL. Relatório sobre os indígenas no Rio Grande do Sul. Algumas informações sobre a vida e os costumes dos índios do Rio Grande do Sul. Relatório da Secretaria de Obras Públicas. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização – 1910. Porto Alegre; junho de 1910, p. 147-157.

					é destinada a uma Estação Experimental
9. Guarita e Irapuá	Palmeira	Palmeira/ T. Portela e Miraguaí	1917	23.183 ha	-
10. Votouro	Erechim	Erechim/ S. Valentin	1917	3.100 ha	1962 – Parte é colonizada
11.Lagoão	Soledade	Soledade/ Espumoso	* ⁹	(1.000 ha)	Extinta e colonizada

Entendiam também os diretores da colonização que a ação de catequistas católicos ou de outra confissão junto aos índios seria prejudicial ao desenvolvimento mental e moral dos indígenas. Ora, isto contrariava o pensamento dos membros da Igreja que defendiam a continuidade de sua presença nos toldos, para levar a sua proposta evangélico-missionária. Por força disso, houve esporadicamente a presença de membros da Igreja junto aos índios.

Em 1909, Fr. Bruno de Gillonay, escreve ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul “os meios a empregar para civilizar e moralizar este povo”. E elenca: reconhecer a propriedade de uma área de terra dos índios; dividir a área em lotes e distribuir aos índios para serem cultivados; nomeação de um diretor para ensinar os trabalhos da agricultura; criação de uma Escola Agrícola além de uma escola para ensino; fornecimento de sementes”.¹⁰ Vê-se como o missionário preocupa-se com a assistência e formação integral dos indígenas e que sua proposta tem muito em comum a dos positivistas.

Apesar destas medidas de amparo, a população indígena foi diminuindo. Como vemos nestas estatística, em números aproximados: **1914** – 2.800 indígenas; **1917** – 2.800; **1918** – 2.517 (exatos); **1920**- 2.534; **1921** – 2.421; **1924** – 2.470 ; **1927** – 2.600.

Era Vargas - É muito significativa a mudança de visão (mentalidade) e de postura (ação) frente aos indígenas com a ascensão de Vargas à presidência do Estado gaúcho: remodelação da máquina governamental, radical alteração de postos em prejuízo aos Kaingáng, sendo também vítima Torres Gonçalves. Para isto basta acompanhar os Relatórios oficiais. Já se verificam mudanças no que tange ao capítulo sobre terras e proteção aos índios, no Decreto 7.677, de 9 de janeiro de 1939, do Interventor Cordeiro de Farias: o termo *proteção* por *assistência*. Mais grave é o item em que considera terras indígenas “as que se acham por eles ocupadas e já demarcadas pelo Estado”, impedindo, desta forma, a criação de

⁹ Lagoão não teve demarcação, sendo seus habitantes guarani deslocados para a Reserva Guarani, próxima a Votouro, município de São Valentin.

¹⁰ D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no RS**. Caxias do Sul: UCS/EST, 1976. p. 73-74.

novas áreas para os índios; por isso é suprimido o Art. 22, do regulamento de 1922, que previa como devia ser feita a demarcação das terras.¹¹

Igualmente, o Relatório da mesma Repartição, de 1939 (volume 1), reduz-se a informar que os índios existentes eram em número de 2.000 e iam ficando, de ano para ano, cada vez mais reduzidos. Naquela época estavam reunidos em 9 toldos, localizados nos municípios de Erechim, Passo Fundo e Santa Rosa. E arrisca uma explicação da derrocada, carregada de preconceitos:

Nômade por índole e instável por natureza não é do feitio do silvícola colonizar suas terras como o faz o imigrante e muito menos vai nos seus moldes prover-se de roupa e alimentação. Nas reservas (...) mantém o governo do Estado guardas que devem atender a todas as suas precisões; não obstante são freqüentes as *sortidas de bandos inteiros que demandam às sedes das Comissões à procura de vestiário, cobertas, alimentos e ferramentas. Dentro dos recursos* orçamentários votados anualmente, tem sido feita a respectiva assistência, mas aparentemente há falta de melhor fiscalização e mesmo de uma certa catequese, que tenha por objetivo, pelo menos, evitar que esses remanescentes das raças originárias do Estado se dizimem pelas moléstias e pela alcoolatria. Reduzidos como vão ficando de ano para ano os toldos, está indicando sua reunião em um ou dois em cada Comissão, onde toda a assistência material, moral e social melhor se faria.¹²

O texto evidencia como a questão indígena deixa de ter a importância que antes detinha. Toma conta o descaso para com esta população, que neste tempo era estimada em 2.007 índios. A bancarrota que se seguiu nos anos seguintes. Em 1943 *Inspetoria de Terras do Noroeste* – com sede em Santa Rosa, informa que os índios de *Inhacorá* são geralmente fortes e aptos para o serviço. Porém, “É de lamentar a exploração dos mesmos por parte de negociantes que lhes vendem mercadorias ordinárias e cachaça por preços exorbitantes, em troca de produtos por eles manufaturados ou mesmo com dinheiro ganho dos colonos pelos serviços prestados por dia ou empreitadas”.¹³

Sete anos depois, no *Relatório* anual daquela inspetoria, as notícias sobre o *Toldo de Inhacorá* continuam sendo desanimadoras. A população era de 315 pessoas, numa área de 58.593.817 m², “da qual pouco menos da metade ainda tem mato alto e madeira de lei... Já não são mais aqueles indivíduos robustos dos tempos idos, estão enfraquecendo cada vez mais

¹¹ Decreto nº 4.734, de 5 de março de 1931, assinado pelo interventor federal no Estado, José Antonio Flores da Cunha. In: Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria da Agricultura. **Coletânea – Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul**. Oficinas Gráficas da Secretaria da Agricultura, Porto Alegre, 1961. p. 88.

¹² Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Eng. Civil João Fernandes Moreira, Secretario de Estado dos Negócios das Obras Publicas em julho de 1930 – 2º volume. Porto Alegre: Of. Gráficas de A Federação 1930. p. 765 s.

¹³ Inspetoria de Terras do Noroeste – Santa Rosa - Relatório apresentado ao Snr. Eng. Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, pelo Chefe da Inspetoria, dos trabalhos executados durante o ano de 1943. Santa Rosa, 14.01.1944, Juvenal Corrêa. Escritório de Terras de Santa Rosa.

devido à deficiência alimentar e às moléstias infecciosas”. Finaliza informando que com a escassa verba conseguiram entregar aos indígenas roupas, ferramentas, cobertores, utensílios e alimentos.

Por que esta mudança de política indigenista por parte do Estado? Em seu judicioso estudo “Terra de Posseiros – um estudo sobre as políticas de terras indígenas”, a antropóloga Ligia Simonian, assim descreve o novo cenário pós-1930, muito diferente do idealizado e pretendido por Torres Gonçalves:

Os anos que se seguem a 1930 acompanharão uma nova onda de violência contra os indígenas, e o Estado terá um papel fundamental neste processo que se coloca como um desdobramento da proposta anterior. Efetivamente não se chega a ocorrer uma ruptura pois o Estado em momento algum se empenhou pelo cumprimento de suas disposições formais. As forças sociais locais sempre fizeram prevalecer seus interesses econômicos e políticos. E, o Partido Republicano Riograndense, que domina de modo incontestado o cenário político-ideológico e econômico até 1930 se vê, a partir deste momento, freado por interesses de uma sociedade extremamente dinâmica, de orientação tipicamente capitalista, que não previa, no interior de sua proposta, a possibilidade de proteção a determinados interesses de grupos dominados, como no caso, os indígenas (SIMONIAN, 1981, p. 133).

Neste sentido, defende Simonian, a política do PRR, de ‘proteção’ ao indígena, ao proletário, ao nacional (ou caboclo, brasileiro), desloca-se gradativamente para atender os interesses de grupos sociais mais mobilizados, e dentre estes, os de colonos estrangeiros e/ou descendentes destes, de empresários rurais, de capitalistas urbanos nacionais ou mesmo do capital estrangeiro. É neste momento – continua a autora - que o Estado passa a atuar como expropriador oficial, quer direta ou indiretamente.

Com efeito, verifica-se, desde 1930 um "esbulho oficial" dos territórios indígenas. Sob os olhos omissos do Governo, pequenos posseiros, peões expulsos do campo, empresários e granjeiros, do trigo e do soja, passam a penetrar nas reservas. A partir de 1941, o próprio Estado, encarregar-se-á de expropriar as terras, numa pseudo reforma-agrária, e dar-lhe foro legal, como se observa no quadro acima.

Quanto à catequese confessional, não se verificou mais tentativas de uma assistência espiritual mais contundente e sistemática. No que se refere à igreja católica, Pe. Arlindo Rubert, assim resume o quadro:

Os índios pareciam fadados ao esquecimento. Os Párocos mais próximos das áreas indígenas, assoberbados por grande trabalho e fadigas, por preconceito ou por falta de jeito, pouco ou nada fizeram pelos índios. Uma que outra visita ao Posto e nada mais (RUBERT, 1990, p. 9).

Este mesmo sacerdote inicia em 1979 um trabalho mais ativo em Nonoai, onde priorizava os sacramentos, a construção de capelas, mas sem esquecer de “uma autêntica promoção humana” (doação de ferramentas, vestuário, medicamentos, sementes, com o subsídio da *Adveniat* e outras entidades católicas internacionais).

Das outras igrejas, temos notícias de uma missão no Toldo da Serrinha (entre Passo Fundo e Nonoai) em 1904, pelos religiosos luteranos, com sede em São Leopoldo, Otto von Jutzenka e Curt Hampt, que pretendiam alcançar “alguns frutos da civilização cristã entre este povo”. Em seu primeiro relatório informam que foram recebidos pelos indígenas com alegria. Mas, pedem ao superior que interceda junto ao Presidente do Estado uma autorização para a sua presença, pois, “muita gente deste campo tem estado a nos fazer suspeitas ao cacique Manoel Oliveira”.¹⁴ Indício claro de que os fazendeiros viam seus interesses de apossamento de terras indígenas ameaçados pela presença de uma missão.

Outra Missão Luterana se instalou na Área Indígena da Guarita, que teve maior impacto, implantando escola, hospital e outros empreendimentos em benefício aos Kaingáng e Guarani dos diversas aldeias. Mas, por razões que aqui não cabe analisar, teve seu curso interrompido pela ação dos próprios índios.

Neste mesmo tempo, acontecia outro fenômeno: uma progressiva penetração de igrejas pentecostais, através de pastores e seguidores das mais diferentes confissões. No âmbito da diocese de Frederico Westphalen, em 1990 se constatava “predomina, em todas as áreas, a Assembléia de Deus – os crentes”.¹⁵ Com uma nítida pregação sedutora, contendo um discurso que atinge os problemas vitais e prometendo curas, granjeou a adesão de muitos indígenas, provocando novo impacto no modo de vida das comunidades. Alterações que vão incidir em novos fatos nos tempos presentes.

Com este cenário chegamos aos anos 1970, quando verificamos uma reviravolta nos fatos concernentes aos índios Kaingáng do Sul do Brasil. A princípio surpreendente: de uma situação de decadência, precarização dos meios de sobrevivência, principalmente pela redução das áreas indígenas, e vertiginosa queda da população indígena, observa-se o desencadear de um novo processo em sentido inverso: de consciência dos direitos; ações articuladas entre os grupos indígenas, igrejas e ONGs; levantes de reapropriação das terras; expressivo aumento demográfico; movimentos de autoafirmação como Povo, inclusive no sentido de resgate das manifestações culturais originais.

¹⁴ Relatório da Comissão Missionária entre os índios. Fotocópia. 19.08.1904. Museu Augusto Pestana, UNIJUI.

¹⁵ NASCIMENTO. Rosirene. *Apanhado geral referente às Áreas Indígenas na diocese de Frederico Westphalen*. 1990, mimeog.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de **conclusão**, fique claro que aqui não pretendemos fazer julgamentos e anacronismos. Moveu-nos, unicamente, o interesse em trazer à tona fatos históricos que envolveram o povo Kaingáng. Assim, pensamos, estamos pagando uma dívida: a das injustiças que temos cometido reiteradamente com este povo, que apesar de todo o jugo de cinco séculos está aí dando sinais de vitalidade e de libertação. Neste sentido é paradigmática a mensagem de João Paulo II aos afro-americanos durante a Conferência de Santo Domingo. Assim se penitenciou:

Estes homens e estas mulheres foram vítimas de um vergonhoso comércio, no qual tomaram parte pessoas batizadas, mas que não viveram a sua fé. Como esquecer os enormes sofrimentos infligidos, com menosprezo dos mais elementares direitos humanos, às populações deportadas do continente africano? Como esquecer as vidas humanas destruídas pela escravidão? Deve ser confessado, com toda a verdade e humildade, este pecado do homem contra o homem (JOÃO PAULO II, p. 202).

Oxalá este estudo também sirva para dar ânimo nesta luta pela sua autonomia e para que nós mudemos de compreensão e comportamento quanto a estes povos.

KAINGANG PEOPLE: BETWEEN THE CROSS AND THE SWORD

ABSTRACT: This essay seeks to examine a historical perspective, the processes of inter-ethnic contacts and interferences that the people Kaingáng, located mostly in northern Rio Grande do Sul, was submitted in the past two centuries. It will focus on the two institutions that have established relations with indigenous constants: Christianity, especially the Catholic Church (cross) and the State (sword). We focus on their different strategies and interests, stressing the understanding of how to be Kaingáng as incompatible with projects implemented arising therefrom mechanisms deculturation and integration. Finally, we point a turnaround in the history of the People Kaingáng, that shows clear signs of revival. This allows glimpses of a new future, built on relationships based on mutual respect and solidarity.

Keywords: Kaingáng people. Indian catechism. Indigenous policies.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987.

BEOZZO, José Oscar. **Leis e Regimentos das Missões – Política indigenista no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983.

CEHILA. **Para uma história da Igreja AL**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CONFERÊNCIA DE SANTO DOMINGO. Mensagem do Santo Padre aos Afro-Americanos. **Santo Domingo: conclusões**. São Paulo: Loyola, 1992.

D'APREMONT, Bernardin & GILLONAY, Bruno. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no RS**. Caxias do Sul: UCS/EST, 1976.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro 1550-1800**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

NASCIMENTO, Rosirene. Apanhado geral referente às Áreas Indígenas na diocese de Frederico Westphalen, 1990. (mimeog.).

PÉREZ, Pe. Rafael. **La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile el Uruguay y el Brasil**. Barcelona: Imp. Henrich, 1901.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura. **Coletânea – Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul**. Oficinas Gráficas da Secretaria da Agricultura, Porto Alegre, 1961.

RUBERT, Pe. Arlindo. **A serviço da Área Indígena de Nonoai**. Passo Fundo: Berthier, 1990.

SAMPAIO, Afonso Botelho de. A descoberta dos campos de Guarapuava. **Revista do RIHGB**. Rio de Janeiro: T. XVIII, p. 263-264, 1896.

SILVEIRA, José Velloso. **As missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: ERUS, 1979.

SIMONIAN, Ligia T. L. **Terra de posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1981. (Datilografado).

SPONCHIADO, Breno A. **O Positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul**. Frederico Westphalen: URI, 2005.